



# MANIFESTO

pela Educação em Direitos

**EASJUR - 2024** 



A Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948, defende que todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, vivendo em espírito de fraternidade.







A Constituição Federal de 1988 diz que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Ela deve ser promovida com a ajuda da sociedade para desenvolver plenamente a pessoa, prepará-la para ser um bom cidadão e qualificá-la para o trabalho.







Hoje, ser cidadão significa não só ter direitos, mas também participar na construção e manutenção desses direitos. Isso só é possível numa democracia, com ética, cooperação e solidariedade







O direito à educação inclui aprender sobre regras sociais, direitos e deveres, pois a ignorância da lei não é uma alternativa válida para o não cumprimento das normas, conforme o art. 3° da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

#### #5

A Defensoria Pública, nos termos do art. 4° da Lei Complementar n° 80/94, deve entender as causas da desordem social e usar o Direito como ferramenta de transformação social, agindo ativamente, pois a desigualdade social também é uma desigualdade de informações.





O Distrito Federal é uma unidade federativa pioneira em acolher, há mais de uma década e em colaboração com a Defensoria Pública, diversas iniciativas de educação em direitos, com resultados transformadores para milhares de famílias na capital da República.







Após mais de uma década de trabalho, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) criou um vasto acervo de apresentação de suas temáticas, bem como sobre informações de acesso à instituição, para orientar a população sobre seus direitos e deveres.







Nesse contexto de contínua inovação, a Escola de Assistência Jurídica (Easjur) avançou ainda mais, desenvolvendo a EASJUR EAD, uma escola de formação 100% virtual. A plataforma educacional, juntamente com diversas tecnologias de apoio, foi criada para democratizar o acesso ao conhecimento jurídico básico, permitindo que todos possam aprender sobre seus direitos e deveres de maneira acessível e eficiente.







O projeto Defensoria nas Escolas, executado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), também marca um ponto significativo nessa história, pois apresenta a DPDF às unidades escolares. O projeto visa proporcionar a ressignificação do acesso à justiça, oferecendo atendimento jurídico exclusivo às escolas públicas do Distrito Federal por meio da Carreta da Defensoria. A iniciativa implementa a busca e escuta ativa, além de promover a prevenção, a conscientização sobre direitos humanos e a cidadania.







Por isso, a Escola de Assistência Jurídica (Easjur) da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) manifesta pela universalização da educação em direitos como um valor prioritário para promover a desjudicialização das relações sociais, fomentar a cultura de paz, liberdade, prevenir conflitos, despertar protagonismo social e cultivar a fraternidade, visando a sustentabilidade das relações humanas.



